

# A educação

**enquanto fenômeno social:**

Um estímulo à transformação humana

2



Américo Junior Nunes da Silva  
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# A educação

**enquanto fenômeno social:**

Um estímulo à transformação humana

2



Américo Junior Nunes da Silva  
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0062-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.622221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva  
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### RAÍZES DA FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MARCOS E DIMENSÕES

Eduardo Menegais Maciel

Gilian Evaristo França Silva

Idinéia Dutra Marquezoti de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211031>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

#### DISCUTINDO A RELAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REINVENTADO A EXTENSÃO

Natália Mueller Jenichen Perboni

Fabia Graciela de Marchi Maffezzoli

Isabela Antonio Pereira

Isabelle Martins de Carvalho

Nathália Pagotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211032>

### **CAPÍTULO 3..... 24**

#### PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE LUZIÂNIA SOBRE A PANDEMIA DO COVID -19

Letícia Lima Veras Guarany Khouri

Simone Paixão Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211033>

### **CAPÍTULO 4..... 38**

#### O RACIONALISMO FORMAL: TECNOFILIA E ENSINO PRAGMÁTICO

Lucas Sá Mattosinho

Maria da Graça Mello Magnoni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211034>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

#### A PRÁTICA DA TUTORIA COM FOCO NA IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO TUTOR PARA CURSOS À DISTÂNCIA: IDENTIFICANDO AS SUAS PRINCIPAIS FUNÇÕES

José Maria Maciel Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211035>

### **CAPÍTULO 6..... 62**

#### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RELAÇÃO ALUNO E MERCADO DE TRABALHO

Gabriele Bonck

Paola Andressa Scortegagna

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211036>

### **CAPÍTULO 7..... 78**

#### DIRETORES ESCOLARES EM UM CONTEXTO DE MASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO: OS

## DESAFIOS DA QUALIDADE

Cássio José de Oliveira Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211037>

### **CAPÍTULO 8..... 99**

#### DISCUTINDO EDUCAÇÃO - PARTINDO DE KANT E FOUCAULT

Éverton Nery Carneiro

Valdivino Souza Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211038>

### **CAPÍTULO 9..... 111**

#### A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS ADULTOS E IDOSAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITOS

Jacqueline Nunes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211039>

### **CAPÍTULO 10..... 123**

#### DIÁRIO DE ITINERÂNCIA COMO ESTRATÉGIA REFLEXIVA DO QUEFAZER PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES E NARRATIVAS: O MUNDO NA ESCOLA E A ESCOLA NO MUNDO

Mauro Batista da Rosa Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110310>

### **CAPÍTULO 11..... 127**

#### A FORMAÇÃO PASTORAL EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Alisson de Souza

Clélia Peretti

Levy Freitas de Lemos

Mirian Cristina Vidal da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110311>

### **CAPÍTULO 12..... 136**

#### AMAZÔNIA: A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E AS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Glauciene Dutra Silva

Leila Adriana Baptaglin

Wellen Crystinne de Araújo Sousa e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110312>

### **CAPÍTULO 13..... 145**

#### A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOS ENFERMEIROS EM UNIDADES DE CUIDADOS INTENSIVOS NUM ESTUDO COMPARADO PORTUGAL E BRASIL

Ana Paula Morais de Carvalho Macedo

Vilanice Alves de Araújo Püschel

Katia Grillo Padilha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110313>

**CAPÍTULO 14..... 158**

**THE TRANSVERSALITY OF THE SDGS IN UNIVERSITY STUDIES: A MULTIDISCIPLINARY EXPERIENCE**

Lucía Aparicio Chofré  
Cristina Escamilla  
Elisa Gimenez Fita  
Guadalupe Bohorques Marchori  
Carla de Paredes Gallardo  
José María Quilez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110314>

**CAPÍTULO 15..... 170**

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS**

Ádani Lopes Brito  
Angela Cristina Dias do Rego Catonio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110315>

**CAPÍTULO 16..... 182**

**PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE SE CONSIDERA INDISCIPLINA?**

Luzimar Diniz Flores  
Arisa Araújo da Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110316>

**CAPÍTULO 17..... 187**

**LIGA PELA EQUIDADE, IGUALDADE E ALFABETIZAÇÕES: O PROGRAMA LEIA+ E AS TRANSFORMAÇÕES REQUISITADAS PELO IVC (INDICADOR VULNERABILIDADE CURITIBA)**

Oséias Santos de Oliveira  
Maria Sílvia Bacila  
Andressa Woellner Duarte Pereira  
André Felipe Zilio da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110317>

**CAPÍTULO 18..... 196**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Maria Rosangela Portella de Castro  
Elenice da Silva Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110318>

**CAPÍTULO 19..... 205**

**DESAFIOS DE UMA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL - CUIDAR NOS PROCESSOS DE PERDAS E LUTOS**

Maria de Fátima Moreira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110319>

<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>218</b>
O USO DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS NAS AULAS Lorrany Santos Baima  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110320">https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110320</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>223</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>224</b>

## A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS ADULTOS E IDOSAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITOS

*Data de aceite: 01/03/2022*

*Data de submissão: 24/01/2022*

### Jacqueline Nunes Araújo

Docente na Universidade Estadual de Feira de Santana- (UEFS)  
Departamento de Educação- DEDU  
Feira de Santana –Ba  
<http://lattes.cnpq.br/0281663893236517>

**RESUMO:** Em um contexto como o brasileiro, em que sobreleva-se a necessidade de proteger a Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos enquanto “direito”, consideramos que a proteção dos direitos sociais (no caso da educação) implica, necessariamente, na presença do Estado e que a ampliação do direito à educação é correlata à ampliação das obrigações do Estado. Nesse sentido, o presente artigo enfatizou a implementação do Programa Todos pela Alfabetização –TOPA, este destinado à alfabetização de pessoas jovens, adultos e idosos através da formação de alfabetizadores no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs. Apesar das contradições, frente a nossa impossibilidade de compreender todos os mecanismos envolvidos na problemática para a implementação de um Programa de Alfabetização, o estudo aponta a necessidade da inserção da universidade, como um espaço produtor da ciência. E acreditando nas potencialidades da Educação de Jovens e Adultos e Idosos, esperamos contribuir com

os estudos na área de Políticas Públicas de EJA a partir das relações: políticas públicas, implementação, direito/cidadania e formação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação alfabetizadores; Programa de Alfabetização; Políticas Públicas.

### THE EDUCATION OF YOUNG ADULTS AND ELDERLY PEOPLE AS A PUBLIC POLICY OF RIGHTS

**ABSTRACT:** In a context such as the Brazilian one, in which the need to protect the Education of Young, Adult and Elderly People as a “right” prevails, we consider that the protection of social rights (in the case of education) necessarily implies the presence of the State and that the expansion of the right to education is correlated with the expansion of the State’s obligations. In this sense, the present article emphasized the implementation of the Todos pela Alfabetização Program –TOPA, which is intended for the literacy of young people, adults and the elderly through the training of literacy teachers within the scope of the State University of Feira de Santana - Uefs. Despite the contradictions, given our impossibility of understanding all the mechanisms involved in the problem for the implementation of a Literacy Program, the study points out the need for the insertion of the university, as a space that produces science. And believing in the potential of Youth and Adult and Elderly Education, we hope to contribute to studies in the area of Public Policies of EJA from the relationships: public policies, implementation, law/citizenship and training.

**KEYWORDS:** Literacy training; Literacy Program;

## 11 A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTOS E IDOSAS COMO UM DIREITO

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), promulgada em 1988, inaugurou uma ordem política federativa de três níveis, com a inserção do município como ente federado. Apesar de Souza (2005) alertar que, para se entender o funcionamento dos sistemas federais, não é necessário compreender a estrutura constitucional, mas sim as forças reais presentes no sistema político, as tendências, acordos e relações entre os indivíduos e Estado na gestão dos sistemas. Embora as regras institucionais inscritas na estrutura federativa sejam essenciais nas relações intergovernamentais<sup>1</sup>, estas levam em conta também aspectos, como as relações informais, os pactos conjunturais e as tomadas de decisão compartilhadas entre os entes. Nessa complexa relação entre diversos atores, “mais do que um cabo de guerra, as relações intergovernamentais requerem uma complexa mistura de competição, cooperação e acomodação” (PIERSON, 1995 apud ABRUCIO, 2001, p.48). Conforme acrescenta Elazar (1993), todo sistema federal, para ser bem sucedido, deve desenvolver um equilíbrio adequado entre cooperação e competição, e entre o governo central e seus componentes. O grande desafio que se apresenta é construir o equilíbrio entre cooperação e competição nas relações entre os governos, um regime de colaboração equânime entre os entes federados. Para Almeida (1995), são as formas das relações intergovernamentais entre as unidades subnacionais e o governo central numa federação que irão estabelecer o tipo ou o modo de atuação do Estado nacional quanto à definição de **políticas públicas**, mais centralizadoras ou descentralizadoras.

Nessa perspectiva, pode-se levar em consideração, que o *modus operandi* das políticas públicas em educação, apreendido como modo de regulação das ações entre atores diferentes e desiguais (MAROY, 2008), é influenciado tanto pelas relações intergovernamentais quanto pelas relações do Estado com os atores societais. O debate que se apresenta no âmbito educacional é a construção de um efetivo regime de colaboração entre os entes federados.

A literatura arrolada neste trabalho, aponta uma polifonia em torno do termo Regime de colaboração “este significa compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, de forma a concertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia. (BRASIL, 2007, p.10, grifo meu). Outros autores também conceituam:

Na prática, [regime de colaboração] é uma formulação que expressa o “desejo” de colaboração entre os entes federados, mas que não encontra

1 Em termos ideais, há dois modelos de relações intergovernamentais, o competitivo e o cooperativo, os quais correspondem, respectivamente, ao federalismo interestatal (ênfase na separação entre os níveis de governo) e ao federalismo intraestatal (ênfase no imbricamento entre os níveis de governo) (ABRUCIO, 2001, pag.38).

mecanismo de indução ou de obrigatoriedade, posto que, em princípio, estes são autônomos. Assim, se os dirigentes dos diferentes sistemas não estiverem predispostos a colaborar entre si, isso não ocorre. (OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p. 21-22).

Para Oliveira e Souza (2010), essa ideia de colaboração vai além de normas procedimentais e manifesta-se numa cultura de relacionamento em todas as instâncias educacionais e políticas e dependem da predisposição dos dirigentes para se efetivar a colaboração. Encontram-se, também, autores que anunciam um regime de colaboração que garanta o direito à educação (LUCE; FARENZENA, 2007) e para Brasil (2007) significa compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação.

Nesse sentido é imperativo compreender o processo de produção de regras e de orientação das condutas dos atores governamentais desde a promulgação das prescrições normativas - leis, planos, decretos- elaboração de políticas públicas, bem como a implementação destas, por meios dos programas destinados aos níveis, etapas e modalidades no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, apresenta a prescrição normativa para o funcionamento e organização da educação em todo território brasileiro. O nosso artigo tratará sobre o Programa Todos pela Alfabetização (Topa), este inserido na Educação de Jovens Adultos (EJA) que se apresenta como uma modalidade de educação, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 2018). E ainda ressalta a “oferta gratuita aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996, art.37, § 1º).

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), sinalizou uma inserção de garantia dos direitos, em especial do “Direito a Educação”, recomendou que a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, fosse assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 2009). Entretanto, sabemos que somente o acesso não representa a garantia da permanência, nem da aprendizagem e muito menos a continuidade dos estudos ao longo da vida, isso uma premissa na Educação de Jovens e Adultos, em especial no campo da alfabetização das pessoas que não se enquadram na “idade certa”.

O cenário da alfabetização de pessoas adultas na história da educação no Brasil se caracterizava por políticas públicas descontínuas de governo, nos parece que era a “garota de programa<sup>2</sup>” no âmbito educacional, com um financiamento irregular e ofertado

---

2 Fiz referência a esse termo, pela falta de compromisso e continuidade dos governos para com os programas de alfabetização na história da educação no Brasil, como exemplo podemos citar: Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral); Fundação Educar; Movimento de Alfabetização (Mova); Programa Alfabetização Solidária; Programa

em períodos intermitentes. O papel do estado não garantia os direitos sociais – educação- estes obrigam o Estado, como representante da inteira coletividade, a intervir positivamente na criação de institutos aptos a tornar possível o acesso à instrução, o exercício de um trabalho (BOBBIO, 2000: 507). Nesse sentido, trouxemos um breve histórico sobre a formação de alfabetizadores na perspectiva de garantir o direito a educação para as pessoas Jovens Adultos e Idosas<sup>3</sup> por meio da implementação do Programa Todos pela Alfabetização – TOPA.

## **21 A UNIVERSIDADE E O DIÁLOGO POSSÍVEL NA FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever (STRELHOW, 2009, p.49).

Considerando que o mal do analfabetismo ainda perdura no Brasil, alguns organismos internacionais- Organização da Nações Unidas- ONU, Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura UNESCO- juntamente com vários países signatários, lançaram alguns documentos, entre eles; Declaração de Jomtiem, Declaração do México com a finalidade de suprimir o analfabetismo, este se constitui um grave problema e uma preocupação para várias nações. Desse modo, há uma recomendação no texto constitucional (art.214), no Plano Nacional de Educação – PNE (art.2º, inciso I) e também, no nosso Plano Estadual de Educação - PEE-BA, (art.2º, inciso I), aprovado em 11 de maio de 2016, ambos com vigência de dez anos, todos esses documentos legais apontam como princípio orientador a Erradicação do Analfabetismo. Na distribuição do analfabetismo entre as cinco regiões brasileiras, o Nordeste concentra o maior número 6.900.000, representa 16,9%, o equivalente a quase metade de toda a população brasileira não alfabetizada (IBGE-PNAD/2011).

Diante disso, o Governo do Estado da Bahia, em 2007, implementou o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), com objetivo de reduzir o índice de analfabetismo no estado, bem como ampliar a escolarização de jovens e adultos (PPAlfa 2007/2009). Como política pública de Educação de Jovens e Adultos e Idosos, o Topa perdurou a três mandatos consecutivos de diferentes governadores do Estado da Bahia, aquele visa efetivar a inclusão da sua clientela não alfabetizada, ampliando o seu processo de apropriação da leitura, da escrita e de conhecimentos matemáticos, auxiliando os seus alfabetizandos/as a interagir com a realidade a sua volta, modificando-a (PPAlfa 2007/2009).

Como parceiras do Programa estão às universidades, intituladas Unidades

---

Nacional de Educação da Reforma Agrária – (Pronera) e Programa Brasil Alfabetizado.

3 Optamos por usar os termos no gênero masculino de acordo a legislação consultada e ao livro TOPA – Todos pela Alfabetização 2007-2014 Bahia.

Formadoras. No município de Feira de Santana e região, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) assumiu o compromisso da formação inicial e continuada de “bolsistas”<sup>4</sup> (alfabetizadores, coordenadores de turma e tradutores- intérpretes de LIBRAS) do referido Programa. Na 9ª Etapa, do Topa no ano de 2016 a UEFS atuou na formação em 24 municípios<sup>5</sup>, envolvendo prefeituras, entidades e movimentos sociais da sociedade civil, na referida formação atendemos seiscentos e setenta e cinco (678) alfabetizadores.

A UEFS em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-Ba) assumiram a formação dos bolsistas ofertada pelo Topa, em nosso estado. Como nos alerta Freire (1998), ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

A carga horária total da formação foi de 40 (quarenta) horas, distribuída em dois momentos: formação inicial de 24 horas, para todos os bolsistas (alfabetizadores, coordenadores de turmas, tradutores e intérpretes de LIBRAS). E a formação continuada de 16 horas, esta será *in loco*. Após o cômputo da frequência dos participantes, será expedido o certificado pela UEFS para aqueles que frequentarem 75% da carga horária, em cada etapa da formação.

Nesta 9ª Etapa – Topa 2016, o planejamento do trabalho construído pela equipe pedagógica<sup>6</sup> da UEFS, fundamentou-se na concepção de educação de Paulo Freire, quando diz: “a educação progressista e democrática deve superar a “educação bancária” em vistas de considerar o educando como “um sujeito cognoscente, que por isso mesmo, se assume como um sujeito” (FREIRE, 2000, p.6). A educação proposta por Freire é um ato político e de conhecimento e se faz decisivamente por meio do diálogo, no qual prevalece o respeito pelo conhecimento do outro, pois os educandos são vistos como sujeitos autônomos e construtores de conhecimentos que podem e devem ser socializados num ambiente educativo propício. Por outro lado, o planejamento da formação, também se pauta nos princípios da Proposta Político Pedagógica (PPAlfa, 2007/2009) do TOPA, bem como referenciais analíticos do livro, intitulado: Viver, Aprender (THADEI; MENDONÇA; MANSUTTI, 2013)<sup>7</sup>. Ressaltamos ainda que a nossa opção é no sentido de ministrar uma formação, com princípios orientadores, voltados para a construção da cidadania e respeitando a diversidade cultural do mundo dos educandos.

4 Denominamos de bolsistas os participantes do programa que recebem uma remuneração direto do Governo Federal, pela prestação do seu trabalho: alfabetizadores, coordenadores de turma e intérpretes de Libras.

5 Capela do Alto Alegre, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Baixa Grande, Mairi, Várzea da Roça, Várzea do Poço, Quixabeira, Feira de Santana, Água Fria, Santa Bárbara, Anguera, Teodoro Sampaio, Santo Estevão, Tanquinho, Terra Nova, Conceição da Feira, Antônio Cardoso, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Santanópolis, São Gonçalo dos Campos e Irará.

6 Equipe composta por doze docentes com Mestrado e experiência docente na Educação de pessoas Jovens Adultos e Idosas.

7 Livro da Coleção Viver e Aprender adotado pela coordenação Geral da SEC-TOPA para utilização dos alfabetizadores, nesta 9ª Etapa.

### 3 | FALAR DA FORMAÇÃO: PROPOSTA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

A partir de um planejamento prévio o nosso grupo de alfabetizadores junto aos coordenadores, elaborou para a formação (24 horas), um currículo com vários conteúdos, este priorizou a reflexão sobre a educação como direito de todos, pois através do processo educativo possibilitamos às pessoas jovens, adultos e idosas desenvolver seu potencial, ampliar suas habilidades e confirmar competências com vistas a um nível de formação, não apenas técnico, mas, sobretudo, que contribua para a construção de sua cidadania. Ainda ressaltamos a preocupação nas atividades com um conteúdo que trabalhasse a importância do prosseguimento dos estudos, para além da nossa formação no referido programa.

Assim, na seleção dos conteúdos e nos procedimentos metodológicos priorizamos o diálogo, partindo de uma roda de conversa com o nosso aluno, enfatizando a importância de escutar e falar os motivos que levaram a escolha de determinados conteúdos.

A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutri-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez se volta problematizados aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 1981.p.92)

Paulo Freire já nos lembrava a necessidade dessa pronúncia no e com o mundo, através de um anúncio epistemológico que, respeitasse à própria realidade dos educandos, só assim o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmo, abrindo-lhes um maior campo para a ampliação do conhecimento. O jovem o adulto e o idoso querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatarem a sua autoestima, contribuindo assim, para sua participação plena na sociedade enquanto cidadãos.

Com base nestes princípios, a nossa vereda no campo da alfabetização de Pessoas Jovens, Adultos e Idosas, pautou-se nos Eixos Temáticos “**Cultura escrita, trabalho e cotidiano**”, conforme proposto no livro didático do alfabetizador, adotado pelo Programa nesta 9ª Etapa (Cultura escrita, trabalho e cotidiano: alfabetização: manual do educador: educação de jovens e adultos). Buscamos trabalhar a construção de conhecimentos linguísticos e matemáticos, históricos e geográficos de forma articulada mantendo as especificidades de cada área do conhecimento, sem a preocupação de estabelecer limites entre essas áreas.

A proposta a ser executada pauta-se nas reflexões teórico-metodológicas da Pedagogia Freireana, e essa escolha efetiva-se essencialmente porque se faz por meio do diálogo, no qual prevalece o respeito pelo conhecimento e valorização do outro, como sujeito produtor de conhecimentos da realidade em que vive e que podem e devem ser socializados num ambiente educativo.

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira

ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade (FREIRE 2016, s/p)

Nesse sentido, o processo alfabetizador numa perspectiva Freiriana, parte da realidade do educando e ressignifica esta prática num *continuum* de ação- reflexão permanente, no intuito de mudar uma realidade, esta fruto de relações sociais extremamente desigual.

Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho (FREIRE, 2016, s/p).

Desse modo, julgamos imprescindível no processo alfabetizador na nossa formação, Topa/Uefs, partir de um tema gerador, este carregado de significados e sentidos para trabalhar conteúdos que problematizem a realidade e desenvolva um olhar crítico dos bolsistas a partir de um ambiente alfabetizador construído conjuntamente, educando-educador.

Nesse sentido trabalhamos também com os conceitos de alfabetização e letramento, estes são compreendidos como distintos, porém indissociáveis. A relação entre eles possibilita o desenvolvimento da alfabetização na perspectiva do letramento e contribui para a inserção de jovens e adultos nas práticas sociais da leitura e escrita. Alfabetização é concebida:

Como o processo de apropriação da escrita alfabética, ou seja, a compreensão, por parte dos sujeitos, dos princípios que regem esse sistema notacional. Já letramento se relaciona aos usos efetivos da escrita em atividade de leitura e escrita de textos em contextos diversos (SOARES, 1998, p 47).

Na perspectiva do letramento, a alfabetização deve se dirigir às múltiplas dimensões, funções e significados, dependendo do contexto em que ela é desenvolvida. O processo de leitura e escrita não se reduz ao domínio do aspecto gráfico, mas deve possibilitar uma ampliação da visão de mundo e um exercício mais consistente da cidadania por parte dos educandos. Dessa forma, verifica-se a importância de se considerar a alfabetização não apenas como meio de saber ler/escrever, mas que esse processo possa contribuir para que o sujeito pratique socialmente a leitura e a escrita (SOARES, 1998).

Portanto, é importante considerar que os alunos jovens e adultos e idosos que buscam se alfabetizar no Topa, já possuem experiências de letramento com as quais convivem no seu cotidiano. Nesse sentido, torna-se imperativo investir na formação de um sujeito que domine as bases alfabéticas e matemáticas, mas que também seja capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos nos diversos contextos de inserção social, ampliando, assim, o exercício de sua cidadania.

O Plano Político Pedagógico (PPAlfa, 2007/2009, p. 20) do Topa aborda as questões acerca da cultura e o trabalho como eixos teórico-metodológicos. Tendo como princípio a valorização dos saberes adquiridos na vivência cotidiana historicamente contextualizada

como ponto de partida para dinamizar o processo de conhecimento, que inclui os saberes do mundo letrado, formalizado pela sociedade culta. Contextualizados, tais saberes permitem o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e raciocínio matemático, integrando o social, o político e o cultural de forma a proporcionar o enriquecimento de ações cotidianas desses cidadãos (ARROYO, 2000).

Considerando as especificidades da EJA a nossa proposta na formação é iniciar com uma discussão acerca das concepções que norteiam o processo de ensino e aprendizagem nesta modalidade de educação e dos antecedentes históricos da EJA no Brasil. Além disso, questões relacionadas aos eixos temáticos aqui citados também serão minuciosamente debatidas nas nossas rodas de conversas com os alfabetizadores e nas oficinas formativas.

#### **4 | CONCLUSÃO: UMA OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL E NECESSÁRIA...**

Historicamente, observa-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil sempre esteve relegada a segundo plano, a culpa era da ignorância dos analfabetos, eram cobrados mais “deveres” do que direitos. Tardaram as iniciativas oficiais para protegê-los e as primeiras que o fizeram reforçaram a idéia do “dever” do analfabeto em alfabetizar-se, visto que ele era a “chaga” que emperrava o progresso e avanço do País. E um indivíduo tido como uma doença e incapaz, não pode ser plenamente reconhecido como cidadão ou cidadã.

Considerando a defasagem que temos na alfabetização e na formação de alfabetizadores para a Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos, a UEFS enquanto uma instituição pública, no dever do seu papel com a produção do conhecimento, não poderia renunciar ao apelo legal constante, desde a Declaração Mundial de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, até aos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, como também se eximir da responsabilidade de empreender uma luta para a redução do analfabetismo absoluto e funcional.

Não podemos esquecer, que é inútil conceber um projeto educativo desvinculado de outras medidas destinadas a resolver ou pelo menos atenuar problemas sociais como o desemprego, a fome, os baixos salários, a falta de habitação, saúde, transporte, cultura entre outros. Não podemos “combater o analfabetismo” sem combater suas causas: condições precárias de vida dos jovens, adultos e idosos trabalhadores. Portanto, para além de uma questão somente de implementação de programas temporários, o analfabetismo constitui-se uma questão fundamentalmente política, por tratar-se da negação de mais um direito ao lado da negação de tantos outros (GADOTTI, 2001).

Procuramos planejar as nossas atividades, numa perspectiva de emancipação do sujeito, aquela emerge da concepção de uma educação dialógica, fruto de aportes teóricos e analíticos, construída com nossos pares, a partir de sucessivos debates, discussões, baseadas em leituras, pesquisas e estudos sobre a diversidade do contexto e vivência, em

que insere a Educação de Jovens e Adultos e Idosos.

O nosso desafio, para além do planejamento, foi aliar a execução das nossas atividades para as especificidades trazidas do contexto dos alfabetizando/as, estes sujeitos de sua própria aprendizagem. Esses homens e mulheres – moradores do campo, da cidade, quilombolas, indígenas, ciganos, - trazem para a sala de aula conhecimentos e experiências do seu próprio cotidiano, e estas precisam ser valorizadas.

Construímos um trabalho com a participação de várias pessoas, com atribuições específicas – coordenação pedagógica, coordenação financeira, professores formadores, coordenadores de turma, monitores - para organizar todas as atividades, pois participavam da Formação do TOPA, 24 (vinte e quatro) municípios do norte e região do semiárido Baiano, tínhamos 678 (seiscentos e setenta e oito) alfabetizadores. Atribuição também para a unidade formadora, organizar não somente a parte pedagógica, bem como a hospedagem, alimentação, enfim toda a logística para o bom funcionamento do Programa. E o nosso desejo é a garantia efetiva da permanência e a aprendizagem dessas pessoas. Pois para esses homens e mulheres o direito a educação foi estupidamente negado e sabemos que essa condição é efeito de uma sociedade injusta com oportunidades e pontos de partida desiguais.

“Deixem os velhinhos morrerem em paz! Deixem os velhinhos morrerem em paz!” (HADDAD, 1997, pàg.2). Assim se pronunciou Darcy Ribeiro, frente às câmaras de vídeo e os olhares atônitos de cerca de mil e quinhentas pessoas, educadores, professores, responsáveis por políticas públicas, no encerramento do Congresso Brasileiro organizado pelo -Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização –(GETA) em 1990, por ocasião das mobilizações que marcaram o Ano Internacional da Alfabetização. Darcy, argumentava, diante do seu amigo Paulo Freire, que assistia à sua performance na mesma mesa redonda, no auditório da antiga Escola Caetano de Campos.

Desse modo, não comungo com o pronunciamento de professor Darcy Ribeiro,: Ah, deixem os velhinhos morrerem em paz! Deixem os velhinhos morrerem em paz! Acredito que ninguém termina em paz a sua existência, quando o seu direito e dignidade como pessoa humana são negados.

Estamos num período de repensar não só a alfabetização de jovens e adultos e idosos, mas da construção de uma política pública de Educação Popular. O governo precisa estabelecer um diálogo *continuum* com os municípios – prefeituras, entidades civil, movimentos sociais, coletivos organizados - e assumindo de fato a oferta e permanência de programas de alfabetização duradouros e de qualidade. É importante entender que não basta somente a aquisição da leitura e escrita. É imperativo que o alfabetizando/a aprenda a ser sujeito de sua própria história. Daí a importância de evocar os ensinamentos de Paulo Freire

Como presença consciente no mundo, não posso escapar a responsabilidade ética no meu mover-se no mundo. Se sou puro produto de determinação

genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-se no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar em ética. Isto não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados mas não determinados. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável (FREIRE, 1998: 21).

Neste sentido é imprescindível a construção da autonomia dos sujeitos nas nossas salas de aula, a escolha de uma teoria do conhecimento à metodologia da alfabetização que levem esses sujeitos ao empoderamento. A eficácia do método reside no despertar a autodeterminação dos educandos e educandas e das comunidades que estes estão inseridos. Um direito inalienável do alfabetizando/a é o direito de se expressar, de dizer a sua palavra, diante de um mundo que sempre o silenciou.

A nossa opção foi sair de um criticismo que na maioria das vezes imobiliza. E caminhar no sentido do conhecimento, participação e construir elementos de análise durante a implementação do Programa Todos pela Alfabetização-TOPA. Diante disso, algumas questões merecem a nossa atenção, destacamente: a) a problemática do regime de colaboração entre os entes federados, por meio da parceria – Ministério da Educação e Secretária Municipais de Educação- pendências financeiras; afinar o diálogo entre os vários atores sociais locais – movimento sociais e prefeituras - b) formação aligeirada; c) a divisão das atribuições e o papel das Universidades; d) escolha dos formadores nos municípios; e) Espaço físico nos municípios para ministrar as aulas f) atraso no repasse das bolsas.

Apesar das contradições e pontos negativos evidenciados e frente à nossa impossibilidade de entender todas as questões envolvidas na problemática, a nossa opção não foi o imobilismo, pois enxergamos os entraves como possibilidade na construção de um mundo mais democrático, mais igual, mais livre, mais solidário, mais humano.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SOARES, Márcia Miranda. Redes Federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares. Federalismo e políticas sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 88-108, jun., 1995.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Relatório do Programa Brasil Alfabetizado do Estado da Bahia – Programa Todos pela Alfabetização etapas 2007 a 2009. Bahia: SEC/TOPA, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13. 632 de 06 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.559 de 11 de maio de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE-BA). Diário Oficial [do] Estado da Bahia, Salvador-Bahia, 12 mai. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 jun. 2014.

BRASIL. Constituição [de 1988] da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros em Ação. Educação de Jovens e Adultos. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília - MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, DF: Diário oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm#](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm#). Acesso em 19/07/2020.

ELAZAR, Daniel. International and comparative federalism. Political Science and Politics, Washington, n. 2, v. XXVI, 1993.

FREIRE, Paulo. Citações de Frases. Disponível [http://pensador.uol.com.br/citacoes\\_de\\_paulo\\_freire/](http://pensador.uol.com.br/citacoes_de_paulo_freire/). Acesso:10 de maio 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Guia da Escola Cidadã, v. 5).

HADDAD, Sérgio. A Educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Nova LDB. São Paulo Abril,1997. 19 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1767>. Acesso: 06 ago. 2020.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 out 2020.

LUCE, Maria Beatriz; FARENZENA. Nalu. O Regime de Colaboração Intergovernamental. Observatório da Educação - Ação Educativa, São Paulo, n. 4, p. 9-13, 2007.

MAROY, Christian. Regulação dos sistemas educacionais. In: VAN ZANTEN, Agnes. (Org.) Dicionário de Educação. São Paulo: Vozes, 2008. p. 688.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SOUSA Sandra Zákia. O federalismo e sua relação com o Brasil. In: OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 15 out. 2020.

TOPA. Todos pela Alfabetização: Bahia 2007-2014, Organizadores: Francisca Elenir Alves e Moaci Gadotti – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acolhimento 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Alfabetização 64, 65, 69, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 187, 189, 194, 223

Amazônia 136, 137, 138, 139, 143, 144

Aprender 16, 35, 114, 115, 154, 176, 202, 203, 205, 207, 208, 212, 213, 214, 218, 219

### B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 36, 37, 40, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 63, 66, 69, 71, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 112, 113, 114, 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 140, 143, 145, 146, 150, 153, 155, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 189, 190, 195, 197, 198, 199, 201, 204

### C

Ciência 24, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 70, 80, 109, 111, 114, 127, 130, 134, 139, 149, 183, 201, 206, 216

Continuidade 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 67, 71, 79, 99, 101, 108, 113, 142, 189, 192, 215

COVID-19 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 53, 80, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Cuidar 33, 35, 123, 124, 125, 126, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

### D

Decadência ideológica 38, 48

Descontinuidade 9, 10, 99

Diretoras escolares 78, 84

Docência 182, 185, 188, 189, 223

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 35, 38, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 173, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 210, 216, 218, 219, 222, 223

Educação à distância 51, 52, 53, 55, 56, 60

Educação básica 25, 62, 66, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 94, 97, 113, 121, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 223

Educação de jovens e adultos 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 111, 113, 114, 116, 118, 119, 121, 122

Educação infantil 80, 98, 182, 183, 184, 185, 186, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 204

Enfermagem 12, 13, 37, 66, 145, 146, 153, 154, 155, 205, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216

Ensino médio 8, 24, 26, 28, 29, 36, 62, 67, 69, 71, 72, 77, 80, 82, 83, 84, 96, 97, 98, 199

Equidade 10, 55, 97, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195

Estado 1, 2, 4, 5, 14, 48, 64, 65, 77, 80, 86, 90, 92, 93, 95, 111, 112, 114, 115, 120, 121, 128, 137, 138, 141, 150, 173, 174, 179, 189, 212, 223

## **F**

Fake news 27, 36, 37

Famílias 32, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 184, 190, 202, 205, 207, 208, 209, 214, 215

Formação 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 13, 17, 24, 55, 57, 61, 63, 66, 69, 70, 74, 75, 79, 81, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 103, 104, 106, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 170, 174, 176, 178, 179, 180, 184, 186, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 209, 211, 212, 223

Formação alfabetizadores 111

Formação e trabalho 145

Formação pastoral 127, 129, 130, 131, 133

Formalismo 38

## **G**

Gestão democrática 69, 94, 107, 109, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204

Gestão Educacional Municipal 187

Gestão escolar 78, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 98, 193, 196, 197

## **H**

História 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 21, 41, 42, 44, 45, 49, 63, 66, 79, 80, 86, 99, 100, 101, 109, 110, 113, 119, 120, 122, 126, 138, 140, 142, 172, 191, 194, 207, 208, 215, 219

## **I**

Indicador Vulnerabilidade Curitiba 187, 188, 189, 192, 194, 195

Indisciplina 91, 95, 182, 183, 184, 185, 186

## L

Liberdade 43, 68, 74, 76, 92, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 130, 139, 143, 148, 155, 172, 173, 176, 179, 210

Língua 87, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 223

## M

Mainstreaming and Service Learning 158

Maioridade 99, 100, 107, 108, 109

Mediador 51, 58, 60, 221

Mercado de trabalho 48, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 174, 176

Metodologia comparada 145, 147

Modelos educacionais 127

Morte 98, 101, 146, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Multidisciplinar 12, 55, 56, 159, 169, 223

## O

Orientador 51, 58, 59, 60, 78, 82, 114

## P

Pandemia 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 53, 80, 95, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 184, 188

Papel do gestor 196, 197

Políticas públicas 64, 80, 81, 92, 93, 95, 111, 112, 113, 119, 129, 132, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 173, 223

Português 4, 7, 146, 170, 176, 177, 178, 180, 181

Processo educacional 3, 4, 6, 57, 103, 136, 138, 142, 188, 203

Programa de alfabetização 111

Project-based learning 158, 163, 168

Projeto de extensão 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20

## Q

Qualidade 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 22, 25, 26, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 69, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 119, 132, 140, 153, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 208

## R

Racionalismo 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 100, 105, 108, 109

Refúgio 170, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 181

## **S**

Saúde 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 35, 36, 37, 64, 87, 118, 127, 128, 129, 134, 145, 146, 151, 152, 153, 156, 173, 174, 183, 207, 208, 209, 211, 215, 216, 217

Sociedade 1, 2, 5, 6, 9, 11, 13, 16, 22, 25, 26, 27, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 55, 57, 59, 63, 66, 69, 74, 78, 80, 81, 85, 90, 91, 95, 96, 100, 103, 104, 108, 115, 116, 118, 119, 128, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 151, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 189, 190, 201, 202, 203, 207, 211

Sustainability 158

Sustainable development goals 158, 169

## **T**

Tutor à distância 51, 52, 53, 54, 59, 60

Tutor presencial 51, 52, 53, 54, 56, 60

## **U**

Unidades de Terapia Intensiva 145

# A educação

**enquanto fenômeno social:**

Um estímulo à transformação humana

## 2



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# A educação

**enquanto fenômeno social:**

Um estímulo à transformação humana

2



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2022